

Ata nº 071 da Sessão Ordinária nº 071, de  
 17 de dezembro de 2013.

1 Às nove horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios  
 2 do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da  
 3 Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, JOSÉ**  
 4 **CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES** e **ANTÔNIO JOSÉ**; presença da Procuradora Chefe do Ministério  
 5 Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA** e da Procuradora **MARIA REGINA CUNHA**,  
 6 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária  
 7 realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas  
 8 como Conselheiro substituto, nos termos da Portaria nº 1587/2013. A seguir, a Presidência deu início a Sessão,  
 9 momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos*  
 10 *atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação  
 11 da Ata da Sessão nº 062/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que  
 12 foram anunciados os processos. **Processo nº 201218338-00; SESAN/SEJUR; Concorrência 09/2013**  
 13 **Responsável: Luis Otávio Mota Pereira; Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviço**  
 14 **de Operação de Aterro Sanitário para operar o Vazadouro do Aurá, nas Condições de um Aterro Controlado**  
 15 **visando seu encerramento.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares apresentou ao  
 16 Plenário a medida cautelar por ele concedida, nos termos do art. 144, § 1º do Regimento Interno deste  
 17 Tribunal, para homologação. A matéria foi colocada em **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
 18 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a medida cautelar concedida, nos termos dos artigos 1º, XX e  
 19 73, § 1º e 2º, 74 e 75 da Lei Complementar nº 84/2012, de suspensão, até ulterior deliberação, do  
 20 procedimento licitatório nº 09/2013, impondo-se em caso de descumprimento, a multa diária de R\$-10.000,00  
 21 (dez mil reais), a ser atribuída ao Ordenador da Secretaria Municipal de Saneamento; Intimar o Ordenador a  
 22 encaminhar, imediatamente, todo o procedimento licitatório - Concorrência nº 09/2013-SESAN - até a fase de  
 23 expedição da minuta da licitação, bem como seus anexos, respectivos projetos e estudos aprovados para que  
 24 sejam previamente analisados por equipe técnica deste TCM/PA; Intimar, ainda, o Prefeito Municipal de Belém  
 25 - Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior; o Secretário Municipal de Saneamento de Belém - Luiz Otávio Mota  
 26 Pereira, para se manifestarem, querendo, sobre a concessão da medida liminar, no prazo de 30 (trinta) dias;  
 27 Comunicar à Câmara Municipal de Belém, ao Ministério Público do Estado e aos demais Prefeitos e Presidentes  
 28 das Câmaras Municipais dos Municípios da Região Metropolitana de Belém - Ananindeua, Marituba, Santa  
 29 Barbara do Pará, Benevides e Santa Izabel do Pará. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José  
 30 Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 01 do aditamento  
 31 a pauta: **Processo nº 201301741-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL; Outros -**  
 32 **Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 119/2012; Responsável Artur Felipe da Cruz Fontoura;**  
 33 **Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Pedido de Vista ao**  
 34 **Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do Dia 08.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
 35 Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO VISTA**: "*voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas*  
 36 *não detêm legitimidade para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza.*  
 37 *Determino seja comunicado a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que*  
 38 *cumpridas as exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus*  
 39 *termos de compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de*  
 40 *Contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para  
 41 que possa verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José  
 42 Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 05 do aditamento

a pauta, e seguintes: **Processo nº 201118628-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL**; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 208/2011; Responsável Maria Cruz dos Santos; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares, com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **Voto Vista**: "*voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja comunicada a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201302406-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL**; Outros – 2012; Prestação de Contas dos Termos de Compromisso nº 050 e 303/2012; Responsável Makiko Akao; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares, com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **Voto Vista**: "*voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja comunicada a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201304865-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL**; Outros – 2012; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 069/2012; Responsável Jeferson Antônio Fernandes Bacelar; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares, com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **Voto Vista**: "*voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja comunicada a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201305995-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL**; Outros – 2011; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 187/2011; Responsável Daniel Freitas de Araújo; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares, com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **Voto Vista**: "*voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja comunicado a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201304609-00; Fundação Cultural**



88 do Município de Belém/FUMBEL; Outros – 2012; Prestação de Contas dos Termos de Compromisso nº's  
89 149 e 160/2012; Responsável Oswaldo de Souza Ferreira Neto; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth  
90 Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na  
91 Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu  
92 seu **Voto Vista:** "voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade para instruir e julgar a  
93 prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja comunicado a FUMBEL  
94 (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as exigências contidas no art.  
95 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de compromisso de apoios  
96 culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas". **Em votação:** o  
97 Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor  
98 a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
99 **201305926-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL; Outros – 2012; Prestação de**  
100 Contas do Termo de Compromisso nº 221/2012; Responsável Uirá Seidl Pinheiro; Ministério Procuradora Maria  
101 Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na  
102 Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu  
103 seu **Voto Vista:** "voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade para instruir e julgar a  
104 prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja comunicado a FUMBEL  
105 (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as exigências contidas no art.  
106 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de compromisso de apoios  
107 culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas". **Em votação:** o  
108 Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor  
109 a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
110 **201306307-00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL; Outros – 2012; Prestação de**  
111 Contas do Termo de Compromisso nº 258/2012; Responsável Alam dos Reis Saraiva; Ministério Procuradora  
112 Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel  
113 Lavareda na Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel  
114 Lavareda proferiu seu **Voto Vista:** "voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detêm legitimidade  
115 para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja  
116 comunicada a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as  
117 exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de  
118 compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas". **Em**  
119 **votação:** o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa  
120 verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.  
121 **Processo nº 201119678-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de**  
122 Contas Termo de Compromisso nº 203/2011; Responsável Max Silva Moraes; Instrução 2ª Controladoria;  
123 Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta.  
124 **Processo nº 201117147-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de**  
125 Contas Termo de Compromisso nº's 147,148,149,150,151,152,153/2011; Responsável Caroline Coelho  
126 Marques Machida; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;  
127 Relator -Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201118654-00; Fundação Cultural**  
128 **do Município de Belém – FUMBEL;Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 483/2010; Responsável**  
129 **Rubens José Ferreira; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**  
130 **Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201119311-00; Fundação Cultural do****  
131 **Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 495/2010; Responsável**  
132 **Janete Gomes Duarte; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**

133 Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201218064-00; Fundação Cultural do**  
134 **Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 207/2011; Responsável**  
135 **Odacir Cardoso Mindelo; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**  
136 **Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201209557-00; Fundação Cultural do****  
137 **Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 094/2011; Responsável**  
138 **Lauro Pamponet de Oliveira Junior; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha;**  
139 **Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201200188-00; Fundação Cultural****  
140 **do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 502/2010; Responsável**  
141 **Márcio Rodrigues de Oliveira; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha;**  
142 **Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201218250-00; Fundação Cultural****  
143 **do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 164/2011; Responsável**  
144 **Myrna Maués Dias; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**  
145 **Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201203518-00; Fundação Cultural do****  
146 **Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 472/2010; Responsável**  
147 **Andréa Bianca Pastana da Cunha; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame**  
148 **da Silva; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201219465-00; Fundação****  
149 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 049,**  
150 **181/2011; Responsável Iuri Cunha Estevão; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina**  
151 **da Cunha; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217315-00; Fundação****  
152 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 095/2011;**  
153 **Responsável Alan de Almeida Macedo; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da**  
154 **Cunha; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201019567-00; Fundação****  
155 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 346/2010;**  
156 **Responsável Agrícola Leão Feio Júnior; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da**  
157 **Cunha; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201111758-00; Fundação****  
158 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso Nº 094/2011;**  
159 **Responsável Maria do Monte Serrat Quaresma; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Inez**  
160 **Gueiros; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201103477-00; Fundação****  
161 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº 285/2010;**  
162 **Responsável Natalina do Socorro Gomes Sampaio; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria**  
163 **Inez Gueiros; Relator -Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201114914-00;****  
164 **Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº**  
165 **065/2011; Responsável Agrícola Leão Feio Júnior; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria**  
166 **Regina da Cunha; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 201104120-00;****  
167 **Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de Compromisso nº**  
168 **215/2009; Responsável Fernando Segtowitz Gomes Cardoso Júnior; Instrução 2ª Controladoria; Ministério**  
169 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº****  
170 **201105801-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas Termo de**  
171 **Compromisso nº 419/2010; Responsável Patrícia de Oliveira Camisão; Instrução 2ª Controladoria; Ministério**  
172 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de Pauta.**  
173 ****Processo nº 201117753-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de****  
174 **Contas Termo de Compromisso nº 260/2009; Responsável Artur Anderson Carneiro Corrêa; Instrução 2ª**  
175 **Controladoria; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselho Cezar Colares. Retirado de**  
176 **Pauta. **Processo nº 201220189-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação****



177 de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº 304/2012; Responsável Euraci Ribeiro Martins; Instrução 2ª  
178 Controladoria; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de  
179 Pauta. **Processo nº 201208549-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação**  
180 **de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº 094/2011; Responsável Maria Lúcia Lima; Instrução 2ª**  
181 **Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de**  
182 **Pauta. Processo nº 201200189-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação**  
183 **de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº 523/2010; Responsável Henrique Carlos da Silva; Instrução 2ª**  
184 **Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de**  
185 **Pauta. Processo nº 201219302-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação**  
186 **de Contas – 2012; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 139/2012- Apoio – Esportivo;**  
187 **Responsável Ney Fonseca Monteiro; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da**  
188 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. Processo nº 201219219-00; Fundação**  
189 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº**  
190 **177/2011- Apoio Esportivo; Responsável Roberta Keli de Miranda Carvalho; Instrução 2ª Controladoria;**  
191 **Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta.**  
192 **Processo nº 201219311-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de**  
193 **Contas – 2012; Termo de Compromisso nº 309/2012 - Apoio Cultural; Responsável Pedro Maia da Conceição;**  
194 **Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar**  
195 **Colares. Retirado de Pauta. Processo nº 201220429-00; Fundação Cultural do Município de Belém –**  
196 **FUMBEL; Prestação de Contas – 2012; Termos de Compromissos nº's 295,296,297,298 e 299/2012- Apoio**  
197 **Cultural; Responsável Max Silva Moraes; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da**  
198 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. Processo nº 201300460-00; Fundação**  
199 **Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº**  
200 **125/2012- Apoio Esportivo; Responsável Eduardo Fernandez Vasques; Instrução 2ª Controladoria; Ministério**  
201 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. Processo nº**  
202 **201305950-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas – 2011;**  
203 **Termo de Compromisso nº 186/2011 - Apoio Esportivo; Responsável Marco Antonio Oliveira Silva; Instrução 2ª**  
204 **Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de**  
205 **Pauta. Processo nº 201300649-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Prestação**  
206 **de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº 175/2012 – Apoio – Cultural/Esportivo; Responsável Madalena**  
207 **Jorge Aliverti; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**  
208 **Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. Processo nº 201302897-00; Fundação Cultural do**  
209 **Município de Belém – FUMBEL; Prestação de Contas – 2012; Termo de Compromisso nº 282/2012 - Apoio**  
210 **Esportivo; Responsável Antônio Pessoa Picanço; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Procuradora Maria**  
211 **Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. Processo nº 201302031-**  
212 **00; Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL; Outros – 2011; Prestação de Contas do Termo**  
213 **de Compromisso nº 182/2011; Responsável Ubiratan Nazareno Borges Porto; Ministério Procuradora Maria**  
214 **Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares com Pedido de VISTA ao Conselheiro Daniel**  
215 **Lavareda na Sessão Plenária do dia 08.10.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel**  
216 **Lavareda proferiu seu Voto Vista: "voto no sentido de considerar que esta Corte de Contas não detém legitimidade**  
217 **para instruir e julgar a prestação de contas sob análise, bem como as demais da mesma natureza. Determino seja**  
218 **comunicada a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém), para conceder incentivos desde que cumpridas as**  
219 **exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, se abstenha de colocar em seus termos de**  
220 **compromisso de apoios culturais, a obrigatoriedade, pelo particular, da prestação de contas à esta Corte de Contas". Em**

**votação:** o Conselheiro Cezar Colares solicitou que os processos retornem a seu Gabinete para que possa verificar melhor a situação apresentada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 01: **Processo nº 310012006-00; Prefeitura Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2006; Responsável Raimundo Monteiro dos Santos - Prefeito Municipal; Instrução Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Gurupá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Monteiro dos Santos, nos termos do art. 32, III, "b" e "c", da Lei Complementar nº 84/2012. Na forma do art. 35, da mesma Lei, deve referido Ordenador recolher aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$6.585.450,81 (seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais, e oitenta e um centavos), referente ao valor lançado à conta "Agente Ordenador". Nos termos do art. 78, da Lei Complementar nº 84/2012, cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. E ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei n. 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores: 1 – R\$1.000,00 (hum mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos 1º, 2º e 5º bimestres; 2 – R\$1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descontrolado financeiro apresentado nas contas da Prefeitura e no FUNDEF, visto que os saldos apresentados, foram insuficientes para cobrir os valores comprometidos a pagar, em desobediência ao art. 1º, § 1º, da LRF; 3 – R\$1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento do art. 212, da Constituição Federal, visto ter aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 23,34% dos impostos arrecadados e transferidos; 4 – R\$1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, do RI/TCM, por desobediência ao art. 7º, da Lei Federal nº 9.424/97, em função da aplicação na valorização do magistério de 57,96% dos recursos do FUNDEF, e pelo desvio de finalidade na aplicação de recursos do FUNDEF, no valor de R\$154.346,75 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos); 5 – R\$500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho do Controle Social do FUNDEF; 6 – R\$1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, Parágrafo Único, V, do RI/TCM, pela abertura de créditos suplementares, utilizando a fonte de recursos Excesso de Arrecadação, além do real excesso verificado, descumprindo o art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64; 7 - R\$1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-A, II, Parágrafo Único, VI, do RI/TCM, pela abertura de créditos suplementares, além do valor autorizado, descumprindo o art. 59, da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 167, I, da Constituição Federal".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Gurupá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Monteiro dos Santos, nos termos do art. 32, III, "b" e "c", da Lei Complementar nº 84/2012. Na forma do art. 35, da mesma Lei, deve referido Ordenador recolher aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$6.585.450,81 (seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais, e oitenta e um centavos), referente ao valor lançado à conta "Agente Ordenador". Nos termos do art. 78, da Lei Complementar nº 84/2012, cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei n. 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores: 1 – R\$1.000,00 (hum mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos 1º, 2º e 5º bimestres; 2 – R\$1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descontrolado

267 financeiro apresentado nas contas da Prefeitura e no FUNDEF, visto que os saldos apresentados, foram  
268 insuficientes para cobrir os valores compromissados a pagar, em desobediência ao art. 1º, § 1º, da LRF; 3 –  
269 R\$1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento do art. 212, da  
270 Constituição Federal, visto ter aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 23,34%  
271 dos impostos arrecadados e transferidos; 4 – R\$1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, do  
272 RI/TCM, por desobediência ao art. 7º, da Lei Federal nº 9.424/97, em função da aplicação na valorização do  
273 magistério de 57,96% dos recursos do FUNDEF, e pelo desvio de finalidade na aplicação de recursos do  
274 FUNDEF, no valor de R\$154.346,75 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta  
275 e cinco centavos); 5 – R\$500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não  
276 remessa do Parecer do Conselho do Controle Social do FUNDEF; 6 – R\$1.000,00 (hum mil reais), com base no  
277 art. 120-A, II, Parágrafo Único, V, do RI/TCM, pela abertura de créditos suplementares, utilizando a fonte de  
278 recursos Excesso de Arrecadação, além do real excesso verificado, descumprindo o art. 43, da Lei Federal nº  
279 4.320/64; 7 - R\$1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-A, II, Parágrafo Único, VI, do RI/TCM, pela  
280 abertura de créditos suplementares, além do valor autorizado, descumprindo o art. 59, da Lei Federal nº  
281 4.320/64 e art. 167, I, da Constituição Federal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa  
282 ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a  
283 inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 09 e 10: **Processo nº 290022006-00; Câmara**  
284 **Municipal de Curuçá; Prestação de Contas – 2006; Responsável Antônio Maria da Silveira Ramos; Instrução**  
285 **6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves;**  
286 **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
287 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada  
288 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
289 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Curuçá, exercício financeiro de  
290 2006, de responsabilidade do Sr. Antônio Maria da Silveira Ramos, por estarem irregulares, nos termos do art.  
291 32, III, "c" da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15  
292 (quinze) dias, das seguintes quantias: 1. R\$-203,65 (duzentos e três reais e sessenta e cinco centavos), pela  
293 conta "Agente Ordenador"; 2. R\$-10.862,28 (dez mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e oito  
294 centavos), pelo pagamento a maior ao Presidente da Câmara, por inobservância ao disposto no art. 29, VI, "b"  
295 da CF/1988. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 310022006-**  
296 **00 – 200700986-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2006; Responsável Nivaldo**  
297 **dos Santos Nascimento – Presidente; Instrução Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria;**  
298 **Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves;**  
299 **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
300 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria  
301 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação da prestação de contas da  
302 Câmara Municipal de Gurupá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Nivaldo dos Santos Nascimento, nos  
303 termos do art. 32, II, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, devendo referido Ordenador recolher ao FUMREAP, na forma  
304 do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 39/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais), na  
305 forma do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descontrolo financeiro apresentado, ocasionando a conta Receita a Comprovar,  
306 em função das divergências apresentadas no demonstrativo financeiro". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda,  
307 o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A  
308 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência  
309 proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da  
310 Câmara Municipal de Gurupá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Nivaldo dos Santos

311 Nascimento, nos termos do art. 32, II, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, **por maioria**, com recolhimento  
 312 ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 39/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de  
 313 R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo des controle financeiro apresentado,  
 314 ocasionando a conta "Receita a Comprovar", em função das divergências apresentadas no demonstrativo  
 315 financeiro. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião  
 316 de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão  
 317 de pauta, com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 262142007-00; Fundo Municipal de**  
 318 **Assistência Social de Colares; Prestação de Contas – 2007; Responsável Fátima Maria da Silva Gonçalves -**  
 319 **Secretária Municipal; Instrução Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6ª Controladoria; Ministério Público**  
 320 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº**  
 321 **32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
 322 dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
 323 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de  
 324 Colares, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Fátima Maria da Silva Gonçalves, nos termos do art. 32, III, "c", da  
 325 Lei Complementar nº 84/2012, devendo a referida Ordenadora recolher aos cofres públicos municipais, no prazo de 15  
 326 (quinze) dias, as importâncias de: 1 - R\$-56.840,34 (cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais, e trinta e quatro  
 327 centavos), referente ao valor lançado à conta Agente Ordenador; 2 – R\$-59,80 (cinquenta e nove reais e oitenta  
 328 centavos), relativo ao pagamento de multas e taxas sobre devolução de cheques do Fundo. E ao FUMREAP, na forma do  
 329 art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três  
 330 mil e um reais), nos moldes do art. 120-B, IV, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral  
 331 (superior a noventa dias); 2 – R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RITCM/PA, pela não  
 332 remessa dos extratos bancários das Contas Correntes do Fundo". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o  
 333 Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A  
 334 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou  
 335 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de  
 336 Assistência Social de Colares, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Fátima Maria da Silva Gonçalves,  
 337 nos termos do art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Públicos  
 338 Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes importâncias: 1 - R\$-56.840,34 (cinquenta e seis mil,  
 339 oitocentos e quarenta reais, e trinta e quatro centavos), referente ao valor lançado à conta "Agente  
 340 Ordenador"; 2 – R\$-59,80 (cinquenta e nove reais e oitenta centavos), relativo ao pagamento de multas e  
 341 taxas sobre devolução de cheques do Fundo. **Por maioria:** ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº  
 342 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um  
 343 reais), nos moldes do art. 120-B, IV, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação  
 344 quadrimestral (superior a noventa dias); 2 – R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do  
 345 RITCM/PA, pela não remessa dos extratos bancários das contas correntes do Fundo. Vencida a Conselheira  
 346 Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar  
 347 Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 313342006-00; Fundo Municipal de**  
 348 **Assistência Social de Gurupá; Prestação de Contas – 2006; Responsável Raimundo Monteiro dos Santos -**  
 349 **Prefeito Municipal; Instrução Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público**  
 350 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.542, de**  
 351 **13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
 352 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
 353 proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação das contas, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Gurupá,  
 354 exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Monteiro dos Santos – Prefeito Municipal, por estarem  
 355 irregulares, na forma do art. 32, III, "c", da LOTCM/PA. Nos termos do art. 35, da mesma Lei, deve o Ordenador recolher

aos cofres municipais, o valor de R\$2.628,73 (dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos), lançado à conta Agente Ordenador. Cópia dos autos, deve ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. E ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, as multas, nos seguintes valores: 1 – R\$1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. 2 – R\$1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-B, § 2º, do RI/TCM, pela não remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Gurupá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Monteiro dos Santos, por estarem irregulares, na forma do art. 32, III, "c", da LOTCM/PA, com recolhimento aos Cofres Municipais do valor de R\$-2.628,73 (dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as multas nos seguintes valores: 1 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-B, § 2º, do RI/TCM, pela não remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 442022005-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim; Prestação de Contas – 2005; Responsável Manoel Pedro Oeiras Diniz - Secretário Municipal; Instrução Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Marapanim, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Manoel Pedro Oeiras Diniz, nos termos do art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012. Na forma do art. 35, da mesma Lei, deve referido Ordenador recolher aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$ 851.452,44 (oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente ao valor lançado à conta Agente Ordenador. E ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, as multas, nos seguintes valores: 1 – R\$500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral; 2 – R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 3 – R\$500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa da Relação de Restos a Pagar, da Relação de bens adquiridos; 4 – R\$2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas, no montante de R\$153.905,99, sem o competente processo licitatório". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Marapanim, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Manoel Pedro Oeiras Diniz, nos termos do art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-851.452,44 (oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente ao valor lançado à conta Agente Ordenador. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as multas nos seguintes valores: 1 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral; 2 – R\$-250,00 (duzentos



e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 3 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa da Relação de Restos a Pagar e da Relação de bens adquiridos; 4 – R\$-2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas, no montante de R\$-153.905,99 (cento e cinquenta e três mil, novecentos e cinco reais e noventa e nove centavos), sem o competente processo licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia, quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo.

**Processo nº 442022006-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim; Prestação de Contas – 2006; Responsável Manoel Pedro Oeiras Diniz - Secretário Municipal; Instrução Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Marapanim, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Manoel Pedro Oeiras Diniz, nos termos do art. 32, III, “c”, da Lei Complementar nº 84/2012, devendo referido Ordenador recolher aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$-360.757,20 (trezentos e sessenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais, e vinte centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”. E ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, as multas, nos seguintes valores: 1 – R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 2 – R\$500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RITCM/PA, pelo não encaminhamento dos extratos bancários, da relação de Restos a Pagar, e da Resolução 7.740/2005/TCM; 3 – R\$1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RITCM/PA, pelas despesas irregulares em favor do Credor Sebastian Representações Ltda., no total de R\$479.015,34, a título de salário-família, folha de pagamento, INSS, ISS, e outras. Cópia dos autos, deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Marapanim, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Manoel Pedro Oeiras Diniz, nos termos do art. 32, III, “c”, da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-360.757,20 (trezentos e sessenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as multas nos seguintes valores: 1 – R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 2 – R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RITCM/PA, pelo não encaminhamento dos extratos bancários, da relação de Restos a pagar; 3 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RITCM/PA, pelas despesas irregulares em favor do Credor Sebastian Representações Ltda., no total de R\$-479.015,34, a título de salário-família, folha de pagamento, INSS, ISS, e outras. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 733992006-00; Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2006; Responsável Raimundo Freire Noronha - Prefeito Municipal; Instrução Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação

das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada  
**em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de  
 Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, por  
 estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, devendo referido Ordenador  
 recolher ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei n. 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos  
 seguintes valores: 1 - R\$3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva  
 da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias; 2 - R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-  
 B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, descumprindo o art. 5º, da Resolução  
 nº 7.738/2005; 3 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo não recolhimento das  
 retenções ao ISS, IRRF e IPMSAT; 4 - R\$-3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 120-A, II, Parágrafo Único, III,  
 do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios para despesas, no total de R\$-183.842,50 descumprindo o art. 37, XXI,  
 da CF/88, e art. 2º, da Lei nº 8.666/93. Na forma do art. 78, da Lei Complementar nº 84/2013, cópia dos autos, deve ser  
 encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio  
 José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia  
 acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo  
 Antônio do Tauá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, por  
 estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012; cópia dos autos deve  
 ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolher, no prazo de 30 (trinta)  
 dias, multas nos seguintes valores: 1 - R\$3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do  
 RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias; 2 - R\$-  
 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do  
 Conselho Municipal de Saúde, descumprindo o art. 5º, da Resolução nº 7.738/2005; 3 - R\$-1.000,00 (hum mil  
 reais), na forma do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo não recolhimento das retenções ao ISS, IRRF e IPMSAT; 4 -  
 R\$-3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela ausência  
 de processos licitatórios para despesas, no total de R\$-183.842,50 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e  
 quarenta e dois reais e cinquenta centavos) descumprindo o art. 37, XXI, da CF/88, e art. 2º, da Lei nº  
 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia, quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião  
 de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 143032003-00;**  
**Agência Distrital de Outeiro; Prestação de Contas – 2003; Responsável** Manfredo Ximenes Pontes (1º  
Quadrimestre) e Melquesedeque Alves Filho (2º e 3º Quadrimestres); Instrução Auditor Alcimar Lobato da  
Silva; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloisio Chaves; Publicado  
**no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada  
**em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
**unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Agência Distrital de Outeiro, exercício  
 financeiro de 2003, de responsabilidade dos Srs. Manfredo Ximenes Pontes (1º quadrimestre) e  
 Melquesedeque Alves Filho (2º e 3º quadrimestres), nos termos do art. 33, da Lei Complementar nº 84/2012,  
 com a expedição dos competentes Alvarás de Quitação, nos valores de R\$-423.264,88 (quatrocentos e vinte e  
 três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) e R\$-1.083.482,52 (hum milhão, oitenta  
 e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), respectivamente. Ausência, por  
 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a  
 inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 910012010-00; Prefeitura**  
**Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas – 2010 - de Governo; Responsável** Wenderson Azevedo  
Chamon; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator

491 - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo  
492 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de  
493 parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
494 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão  
495 de parecer prévio favorável, recomendando a Câmara Municipal a aprovação da prestação de contas anuais de  
496 Governo da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Wenderson  
497 Azevedo Chamon. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Cezar  
498 Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 910012010-00; Prefeitura Municipal de**  
499 **Curionópolis; Prestação de Contas – 2010 - de Gestão; Responsável Wenderson Azevedo Chamon; Instrução**  
500 **5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**  
501 **Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
502 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das  
503 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com*  
504 *ressalva, da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr.*  
505 *Wenderson Azevedo Chamon, com o recolhimento ao FUMREAP de multa no valor de R\$-1.000,00 ( hum mil reais), pela*  
506 *não apropriação e recolhimento dos encargos previdenciários, com fundamento no art. 57, I, "b" da LO/TCM/PA*". **Em**  
507 **votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na  
508 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência  
509 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de  
510 contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Wenderson  
511 Azevedo Chamon, **por maioria**: com o recolhimento ao FUMREAP de multa no valor de R\$-1.000,00 ( hum  
512 mil reais), pela não apropriação e recolhimento dos encargos previdenciários, com fundamento no art. 57, I,  
513 "b" da LO/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Aloísio  
514 Chaves, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de  
515 pauta, com o julgamento do processo de nº 21: **Processo nº 914012010-00; Fundo Municipal de**  
516 **Assistência Social de Curionópolis; Prestação de Contas - 2010 de Gestão; Responsável Ângela Azevedo**  
517 **Chamon; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**  
518 **Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
519 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A  
520 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
521 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de  
522 Assistência Social de Curionópolis, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Angela Azevedo Chamon, a  
523 qual deverá ser emitido o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-789.054,83 (setecentos e oitenta e  
524 nove mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
525 Aloísio Chaves, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 914002010-**  
526 **00; Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis; Prestação de Contas – 2010 de Gestão; Responsável**  
527 **Elizeth Rodrigues Almeida Abreu; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da**  
528 **Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo  
529 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
530 aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
531 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com  
532 ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis, exercício de 2010, de  
533 responsabilidade da Sra. Elizeth Rodrigues Almeida Abreu, condicionando a emissão do Alvará de Quitação ao  
534 recolhimento de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela não apropriação e recolhimento dos

encargos previdenciários, com fundamento no art. 57, I, "b" da LO/TCM/PA. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 914072010-00; Secretaria Municipal de Educação de Curionópolis; Prestação de Contas – 2010** **Anuais de Gestão; Responsável Gerlane Pereira de Lima Santos; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público** **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Secretaria Municipal de Educação de Curionópolis, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Gerlane Pereira de Lima Santos, condicionando a emissão do Alvará de Quitação ao recolhimento de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela não apropriação e recolhimento dos encargos previdenciários, com fundamento no art. 57, I, "b" da LO/TCM/PA. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 51: **Processo nº 201014202-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Recurso Inominado, Objetivando Reformar a decisão do Acórdão nº 21.245, de 21.12.2011 (Aposentadoria); Responsável Franceane Jardina de Vasconcelos; Instrução DIAPE/TCM; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201200430-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA; Termo Aditivo – 2012; Contratos Temporários firmados com Angelina Batista Alves e Outros; Interessado Roberval Luiz Feio Farias - Secretário em Exercício; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 54: **Processo nº 201320526-00; Câmara Municipal de Marituba; Outros – 2013 - Consulta; Responsável Olenilson Augusto Pinheiro Serrão; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO: "o valor de R\$-250.450,00 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta reais) a ser transferido da Prefeitura à Câmara de Marituba, no mês de dezembro de 2013, totalizando repasse anual no montante de R\$-3.005.400,00 (três milhões, cinco mil e quatrocentos reais), encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais e legais. Ressalte-se que, por se tratar de consulta em caso concreto, a presente resposta não tem caráter normativo e, ainda que seja aprovada à unanimidade, não constitui prejudgado, ao teor do que dispõe o já citado art. 114 do Regimento Interno deste Tribunal. Cópia do relatório e voto devem ser encaminhadas ao consulente para as providências que entender cabíveis".** A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar os termos da informação prestada pelo Conselheiro Relator, com as observações constantes no referido documento. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 08: **Processo nº 1350012002-00; Prefeitura Municipal de Curuá; Prestação de Contas – 2002; Responsável José Antonio Fausto da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalva, e aplicação de

579 multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
580 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à  
581 Câmara Municipal de Curuá a aprovação, com ressalva, das contas do executivo, exercício de 2002, de  
582 responsabilidade de José Antonio Fausto da Silva, que deverá recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15  
583 (quinze) dias, multa no valor de R\$-5.899,20 (cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos), o  
584 que corresponde a 20% dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa extemporânea dos Relatórios de  
585 Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000. Ausência, por ocasião  
586 de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão  
587 de pauta, com o julgamento do processo de nº 14: **Processo nº 750022011-00; Câmara Municipal de**  
588 **São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2011 de Gestão; Responsável Paulo Elson da Silva e Silva;**  
589 **Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**  
590 **Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo  
591 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com  
592 ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
593 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara  
594 Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2011, devendo ser expedido em favor de Paulo Elson da  
595 Silva e Silva, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-961.918,22 (novecentos e sessenta e um mil,  
596 novecentos e dezoito reais e vinte e dois centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio  
597 Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de  
598 pauta, com o julgamento do processo de nº 30: **1300042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Anapu;**  
599 **Prestação de Contas – 2007; Responsável Antonio Carlos Lima; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público**  
600 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no**  
601 **DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
602 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada  
603 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
604 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Anapu, exercício de 2007,  
605 com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-2.832.913,68 (dois milhões, oitocentos e trinta e dois  
606 mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
607 Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
608 **1300042008-00; Fundo Municipal de Saúde de Anapu; Prestação de Contas – 2008; Responsável**  
609 **Antonio Carlos Lima; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da**  
610 **Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.**  
611 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
612 pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
613 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação  
614 das contas, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-3.995.508,08 (três milhões, novecentos e  
615 noventa e cinco mil, quinhentos e oito reais e oito centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
616 Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
617 **432262010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Maracanã; Prestação de Contas – 2010 de**  
618 **Gestão; Responsável Maria Eliana dos Santos Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora**  
619 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.542, de**  
620 **13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
621 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
622 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação

das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Maracanã, exercício de 2010, com a expedição do Alvará de Quitação, no montante de R\$-959.047,10 (novecentos e cinquenta e nove mil, quarenta e sete reais e dez centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Às onze horas e trinta e sete minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 432242010-00; Fundo Municipal de Saúde de Maracanã; Prestação de Contas – 2010 Anuais de Gestão; Responsável Lucyene de Fátima Emim dos Santos; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Maracanã, exercício de 2010, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-7.672.321,60 (sete milhões, seiscentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 04: **Processo nº 170012008-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Prestação de Contas – 2008 de Governo; Responsável Edson Luiz de Oliveira; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 170012008-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Prestação de Contas – 2008 de Gestão; Responsável Edson Luiz de Oliveira; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 910012009-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas - 2009 de Governo; Responsável Wenderson Azevedo Chamon; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas*”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo pediu VISTA dos Autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 910012009-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas - 2009 de Gestão; Responsável Wenderson Azevedo Chamon; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela aprovação das contas*”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo pediu VISTA dos Autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 11: **Processo nº 910022009-00; Câmara Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas – 2009; Responsável João do Patrocínio Filho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não



aprovação das contas da Câmara Municipal de Curionópolis, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de João do Patrocínio Filho, com recolhimento aos Cofres Municipais da multa no valor de R\$-1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), referente a 5% dos vencimentos anuais do Ordenador de despesa, face ao atraso de 31 dias no envio dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1380022008-00; Câmara Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2008; Responsável Raimundo Lisboa da Silva; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Raimundo Lisboa da Silva, face o descumprimento do art. 29-A, inciso I, da CF/88 e ausência de processo licitatório, devendo o Ordenador efetuar os seguintes recolhimentos: - aos cofres municipais: - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva do RGF 2º quadrimestre, infringindo o artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 3.000,00 (três mil reais), multa pelo descumprimento do art. 29-A, inciso I, da CF/88, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA; - R\$ 3.000,00 (três mil reais), multa sobre as despesas de R\$ 75.729,66 (setenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos) não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012. Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade. - Dê-se ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Raimundo Lisboa da Silva, face o descumprimento do art. 29-A, inciso I, da CF/88 e ausência de processo licitatório, com os seguintes recolhimentos: - Aos Cofres Municipais: - R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva do RGF 2º quadrimestre, infringindo o artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade. **Por maioria:** Ao FUMREAP, recolher as seguintes multas: - R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo descumprimento do art. 29-A, inciso I, da CF/88, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA; - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa sobre as despesas de R\$-75.729,66 (setenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1350022007-00; Câmara Municipal de Curuá; Prestação de Contas – 2007; Responsável Francisca Pereira de Almeida; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Curuá, exercício de 2007, sob a responsabilidade de Francisca Pereira de Almeida, com a emissão do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 24: **Processo nº 313342010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Gurupá; Prestação de Contas – 2010; Responsável Manoel Moacir Gonçalves Alho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.542, de**

**13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Gurupá, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Manoel Moacir Gonçalves Alho, face a conta "Agente Ordenador" e a ausência de processo licitatório, devendo o Ordenador efetuar os seguintes recolhimentos: - Aos cofres municipais: - R\$ 7.194,64 (sete mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo não envio do parecer do conselho municipal de assistência social, nos termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa; - R\$ 3.000,00 (três mil reais), multa sobre as despesas de R\$ 57.413,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e treze reais) não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012. Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. - Dê-se ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Gurupá, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Manoel Moacir Gonçalves Alho, face a conta "Agente Ordenador" e a ausência de processo licitatório, com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$-7.194,64 (sete mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** - ao FUMREAP: - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa; - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa sobre as despesas de R\$-57.413,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e treze reais), não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1380052008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Ipixuna;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Dalvina Lima de Souza; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Dalvina Lima de Souza, com a expedição do Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 870032006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Xinguara;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Vânia Vieira de Souza; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Xinguara, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Vânia Vieira de Souza, com a expedição do Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.

757 **Processo nº 870032007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Xinguara;** Prestação de  
758 Contas – 2007; Responsável Vânia Vieira de Souza; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora  
759 Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.542, de**  
760 **13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
761 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
762 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação  
763 das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Xinguara, exercício financeiro de 2007, de  
764 responsabilidade de Vânia Vieira de Souza, com a expedição do Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas.  
765 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 874002006-00; Fundo**  
766 **Municipal de Saúde de Xinguara;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Rosinete Carneiro Passos;  
767 Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar  
768 Colares; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
769 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi  
770 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
771 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Xinguara,  
772 exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Rosinete Carneiro Passos, face o descumprimento do art.  
773 77, III do ADCT. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 140102009-**  
774 **00; Secretaria Municipal de Economia – SECON;** Prestação de Contas – 2009; Responsável João Amaral  
775 Lima da Costa Filho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da  
776 Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo  
777 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não  
778 aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi  
779 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela não aprovação das contas da Secretaria*  
780 *Municipal de Economia de Belém - SECON, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de João Amaral Lima da*  
781 *Costa Filho, face aos contratos irregulares e a conta “Agente Ordenador”, devendo o ordenador recolher os seguintes*  
782 *valores. - Aos cofres municipais: - R\$ 4.958.390,44 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e*  
783 *noventa reais e quarenta e quatro centavos), referente a devolução pelo valor lançado à conta “Agente Ordenador”,*  
784 *(devidamente atualizado), visto que o saldo do exercício anterior, 2008, onde o Ordenador foi o mesmo, não foi*  
785 *contabilizado no exercício em exame. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$*  
786 *10.000,00 (dez mil reais), relativo a multa pelos contratos irregulares. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério*  
787 *Público Estadual”.* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José  
788 Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira  
789 Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a  
790 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas da Secretaria Municipal de  
791 Economia de Belém - SECON, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de João Amaral Lima da Costa  
792 Filho, face aos contratos irregulares e a conta “Agente Ordenador”, com o recolhimento, aos Cofres Municipais,  
793 do valor de - R\$-4.958.390,44 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa reais e  
794 quarenta e quatro centavos), referente a devolução pelo valor lançado à conta “Agente Ordenador”; cópia dos  
795 autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP recolher: - R\$-  
796 10.000,00 (dez mil reais), relativo a multa pelos contratos irregulares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia  
797 quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Aloísio Chaves. Em  
798 seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 34: **Processo nº 932842002-00**  
799 **– 200301046-00; Fundo Municipal de Educação de Garrafão do Norte;** Prestação de Contas – 2002;  
800 Responsável Elvira Leite dos Santos (Período de Janeiro a Abril/2002) e Antônia Giselle da Silva (Período de

801 Maio a Dezembro/2002); Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator  
802 - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013. Cumprindo  
803 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não  
804 aprovação das contas, com aplicação de multa e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A  
805 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas  
806 do Fundo Municipal de Educação de Garrafão do Norte, exercício de 2002, de responsabilidade da Sra. Elvira Leite dos  
807 Santos, no período de janeiro a abril/2002 e da Sra. Antônia Giselle da Silva, período de maio a dezembro de 2002, sem  
808 prejuízo do recolhimento das seguintes multas: Ordenadora: Elvira Leite dos Santos. - R\$-3.000,00 (três mil reais), com  
809 base no artº 120-B, IV do RITCM, face o atraso na remessa do 1º quadrimestre, superior a 90 dias; - R\$-3.323,00 (três  
810 mil, trezentos e vinte e três reais), com base no art.120-A, II do RITCM, face a violação do art. 2º da Lei Federal nº  
811 8.666/93 (Lei de Licitação). Ordenadora: Antônia Giselle da Silva. -R\$-4.000,00 (quatro mil reais), com base no art. 120-B,  
812 IV do RITCM, face o atraso na remessa do 2º e 3º quadrimestres, superior a 90 dias, bem como pela ausência da Relação  
813 de restos a pagar e do Parecer do Conselho Municipal de Educação; -R\$-8.892,00 (oito mil, oitocentos e noventa e dois  
814 reais), com base no art.120-A, II do RITCM, face a violação do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93". **Em votação:** o  
815 Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José  
816 Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a  
817 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
818 pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Garrafão do Norte, exercício de 2002, de  
819 responsabilidade da Sra. Elvira Leite dos Santos, no período de janeiro a abril/2002 e da Sra. Antônia Giselle  
820 da Silva, período de maio a dezembro de 2002. **Por maioria:** com o recolhimento das seguintes multas:  
821 Ordenadora: Elvira Leite dos Santos; - R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no artº 120-B, IV do RI/TCM,  
822 face o atraso na remessa do 1º quadrimestre, superior a 90 dias; - R\$-3.323,00 (três mil, trezentos e vinte e  
823 três reais), com base no art.120-A, II do RI/TCM, face a violação do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de  
824 Licitação). Ordenadora: Antônia Giselle da Silva; -R\$-4.000,00 (quatro mil reais), com base no art. 120-B, IV  
825 do RITCM, face o atraso na remessa do 2º e 3º quadrimestres, superior a 90 dias, bem como pela ausência da  
826 Relação de restos a pagar e do Parecer do Conselho Municipal de Educação; -R\$-8.892,00 (oito mil, oitocentos  
827 e noventa e dois reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, face a violação do art. 2º da Lei Federal nº  
828 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião  
829 de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201010656-00; Prefeitura Municipal de**  
830 **Maracanã;** Recurso de Reconsideração contra a Decisão da Resolução nº 9.192, de 30.09.2008 (Prestação de  
831 Contas de 1999); Responsável Rafael de Loureiro Reis; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público  
832 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.542, de**  
833 **13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
834 manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
835 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
836 não conhecimento do Recurso de Reconsideração. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio  
837 Chaves. **Processo nº 1300012001-00; Prefeitura Municipal de Anapu;** Recurso de Reconsideração a  
838 decisão contida no Acórdão nº 7.628/2004, de 14.09.2004 (Prestação de Contas de 2001); Responsável João  
839 Scarparo - Prefeito Municipal; Instrução Auditor Alexandre Cunha Pessoa; Ministério Público Procuradora -  
840 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE**  
841 **nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator substituto, Sérgio  
842 Dantas, retornou ao Plenário com o processo sobrestado na Sessão Plenária do dia 07.04.2011, para que fosse  
843 efetuada nova citação do Ordenador, tendo em vista a alteração do valor lançado à Conta "Agente Ordenador".  
844 Não houve manifestação do interessado. O voto da Conselheira Rosa Hage foi o seguinte: "conheço do Recurso,  
845 para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de reformar a Resolução nº 7.628/2004, mantendo-se, entretanto, a

846 decisão pela emissão *de parecer prévio recomendando a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de*  
847 *Anapu, ante a permanências das irregulares citadas, à exceção da conta Agente Ordenador. Deve o Ordenador recolher os*  
848 *seguintes valores a título de multa: R\$ 11.550,00 (onze mil e quinhentos reais) – referente a 30% da remuneração do*  
849 *gestor em face da remessa intempestiva dos RGF's; R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela remessa intempestiva da*  
850 *documentação; R\$ 961,96 (novecentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos), pela ausência de processo*  
851 *licitatório referente à NE nº 17-1 ( Credor: E. Franco Com. – aquisição de merenda escolar), no valor de R\$ 9.619,60 (nove*  
852 *mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta centavos) – fls 73); R\$-500,00 (quinhentos reais) – pelas divergências de*  
853 *valores nos anexos contábeis. [Divirjo da Auditoria e do Ministério Público quanto a imputação de novos valores a conta*  
854 *"Agente Ordenador", por entender que se trata de agravamento da decisão recorrida".* A matéria foi colocada **em**  
855 **discussão. Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda divergiu da Relatora e votou pela modificação da  
856 decisão proferida através do Acórdão 7628/14, pela aprovação das contas, com ressalva, mantendo as multas  
857 anteriormente aplicadas, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Cezar Colares, Antonio José e José  
858 Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu conhecer do Recurso  
859 para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, mantendo as multas constantes no Acórdão recorrido e, **por**  
860 **maioria**, modificando a decisão para aprovar as contas, com ressalva. Vencida a Conselheira Rosa Hage na  
861 manutenção da decisão pela não aprovação das contas. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que  
862 funcionou nos autos como Procuradora, à época. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio  
863 Chaves e do Conselheiro Antônio José. **Processo nº 201212631-00; Câmara Municipal de Tucuruí;**  
864 **Recurso de Reconsideração a decisão proferida no Acórdão Nº 18.767/20090 (Prestação de Contas de 2005);**  
865 **Responsável José Vieira De Almeida – Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora**  
866 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.542,**  
867 **de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
868 autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
869 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
870 decidiu pelo conhecimento do presente Recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento com a reforma do  
871 Acórdão nº 18.767, desta feita pela aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Tucuruí,  
872 exercício financeiro de 2005 que esteve sob a responsabilidade do Sr. José Vieira de Almeida, em favor de  
873 quem deve ser expedido o competente Alvará de quitação, no valor de R\$ 5.149.491,22 (cinco milhões, cento  
874 e quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos), pelas despesas ordenadas.  
875 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
876 **201008611-00; Associação Paraense das Pessoas Com Deficiência; Prestação de Contas do Convênio**  
877 **nº 006/2010, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através Dod Gabinete do Prefeito; Responsável**  
878 **Amaury de Sousa Filho; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha;**  
879 **Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo  
880 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das  
881 contas de Convênio. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A  
882 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas  
883 por Amaury de Sousa Filho, relativamente ao emprego da importância de R\$-100.000,00 (cem mil reais),  
884 recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, nos termos do Convênio nº  
885 006/2010 – PMB/GAB. PREF. (fls. 28/32), a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, com  
886 a imediata juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas do Gabinete do Prefeito de Belém,  
887 exercício 2010, para que seja procedida a encampação das falhas suscitadas, na Citação do Ordenador  
888 responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização das mesmas, todas referentes ao  
889 Convênio nº 006/2010. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro  
890 Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares.

891 **Processo nº 201007396-00; Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges; Prestação**  
892 **de Contas do Convênio nº 010/2010, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação**  
893 **Papa João XXIII; Responsável Padre Vilmar Roecker; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público**  
894 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.542, de**  
895 **13.12.2013.** Retirado de Pauta. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão.  
896 **Processo nº 201022032-00; Grêmio Social E Carnavalesco Quem É Quem Na Folia; Prestação de**  
897 **Contas do Convênio nº 038/2010, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, Através do Gabinete do**  
898 **Prefeito; Responsável Paulo Cezar de Souza Fernandes; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público**  
899 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.542, de**  
900 **13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
901 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora  
902 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **decisão:** o Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação  
903 das contas prestadas por Paulo Cezar de Souza Fernandes, relativamente ao emprego da importância de R\$  
904 50.000,00 (cinquenta mil reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito,  
905 nos termos do Convênio nº 038/2010 (fls. 78/82), a quem deverá ser expedido o competente Alvará de  
906 Quitação, com a imediata juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas do Gabinete do  
907 Prefeito de Belém, exercício 2010, para que seja procedida a encampação das falhas ora suscitadas, na  
908 Citação do Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização das falhas  
909 indicadas neste processo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro  
910 José Carlos Araújo. **Processo nº 200806280-00; Grêmio Social E Carnavalesco Quem É Quem Na**  
911 **Folia; Prestação de Contas do Convênio nº 70/2007, Celebrado com a Prefeitura Municipal De Belém, Através**  
912 **Da Fundação Cultural Do Município De Belém; Responsável Raimundo Nonato Pires Filgueiras; Instrução 3ª**  
913 **Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia;**  
914 **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
915 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
916 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
917 **unanimidade,** decidiu pela aprovação as contas prestadas pelo Raimundo Nonato Pires Filgueiras,  
918 relativamente ao emprego da importância de R\$-25.000,00 (vinte e cinco mil reais), recebidos da Prefeitura  
919 Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, nos termos do Convênio  
920 n.º 70/2007 (fls. 02/04), a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião  
921 de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201303625-**  
922 **00; Obras Sociais Da Diocese De Santarém - Asilo São Vicente De Paulo; Prestação De Contas Do**  
923 **Convênio N.º 002/2010, Celebrado Com A Prefeitura Municipal De Santarém, Através Da Secretaria Municipal**  
924 **De Trabalho E Assistência Social De Santarém; Responsável Padre José Ronaldo Silva Do Nascimento;**  
925 **Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora Conselheira Mara**  
926 **Lúcia; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
927 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi  
928 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
929 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Padre José Ronaldo Silva do  
930 Nascimento, relativamente ao emprego da importância de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos  
931 reais), recebidos da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém – SEMTRAS, nos termos  
932 do Convênio n.º 002/2010 (fls. 13/16) e 2º Termo Aditivo ao Convênio n.º 002/2010 (fls. 17/18), a quem  
933 deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
934 Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200914477-00; Instituto Socio**

935 **Educativo Dom Manoel;** Prestação de Contas do Convênio Nº 068/2008, celebrado com a Prefeitura  
936 Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém; Responsável Manoel da Costa  
937 Santos; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora -  
938 Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental,  
939 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das conta. A  
940 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
941 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas por Manoel da Costa  
942 Santos, relativamente ao emprego da importância de R\$-8.000,00 (oito mil reais), recebidos da Prefeitura  
943 Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém, nos termos do Convênio nº  
944 068/2008 (fls. 11/13), a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião  
945 de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201303229-**  
946 **00; Associação Carnavalesca Feras da Sacramenta;** Prestação de Contas do Convênio nº 017/2013,  
947 firmado com a FUMBEL; Responsável Nalu Suely Miranda Paixão; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público  
948 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Convocado Sérgio Franco Dantas;  
949 **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
950 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
951 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
952 **unanimidade,** decidiu pela aprovação das Contas do Convênio nº 017/2013 firmado com a FUMBEL, devendo  
953 este Tribunal expedir o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-19.000,00 (dezenove mil reais), à Sra.  
954 Nalu Suely Miranda Paixão, representante legal da Associação Carnavalesca Feras da Sacramenta. Ausência,  
955 por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo n**  
956 **201304191-00; Agremiação Carnavalesca e Cultural Unidos da Pedreira;** Prestação de Contas do  
957 Convênio Nº 026/2013, firmado com a FUMBEL; Responsável Nilza Sacramento Trindade; Instrução 1ª  
958 Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio  
959 Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
960 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A  
961 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
962 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas, devendo este Tribunal expedir o  
963 competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a Sra. Nilza Sacramento Trindade,  
964 representante legal da Agremiação Carnavalesca e Cultural Unidos da Pedreira. Ausência, por ocasião de  
965 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200911464-00;**  
966 **Centro Comunitário Associação dos Amigos da Terra Firme;** restação de Contas do Convênio Nº  
967 018/2009, firmado com a SEMEC; Responsável Heraldo Maria Silva Coelho – Presidente; Instrução 1ª  
968 Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro  
969 Substituto Sergio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo  
970 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das  
971 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
972 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas, devendo este Tribunal  
973 expedir o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 28.770,00 (vinte e oito mil, setecentos e setenta  
974 reais), ao Sr. Heraldo Maria Silva Coelho, representante legal da Associação dos Amigos da Terra Firme.  
975 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo.  
976 **Processo nº 200906028-00; Centro Comunitário Gabriel Pimenta;** Prestação de Contas do Convênio  
977 Nº 010/2009, firmado com a Semec; Responsável Maria Benedita F. Lôbo; Instrução 1ª Controladoria;  
978 Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio



979 Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
980 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A  
981 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
982 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, devendo este Tribunal expedir o  
983 competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 48.720,00 (quarenta e oito mil, setecentos e vinte reais), a Sra.  
984 Maria Benedita Fernandes Lôbo, representante legal da Associação de Moradores "Gabriel Pimenta". Ausência,  
985 por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
986 **200912167-00; Centro Comunitário São Paulo; Prestação de Contas do Convênio Nº 041/2009, firmado**  
987 **com a Semec; Responsável Maria Doraci da S. Sousa; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público**  
988 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas;**  
989 **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
990 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
991 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
992 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 041/2009, devendo este Tribunal expedir o  
993 competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais), à Sra. Maria Doraci  
994 de S. Souza, representante legal do Centro Comunitário São Paulo. Ausência, por ocasião de votação, do  
995 Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200904622-00; Centro de**  
996 **Organização dos Moradores do Bairro do Atalaia; Prestação de Contas do Convênio Nº 001/2009,**  
997 **firmado com a SEMEC; Responsável Rosivaldo de Lima Costa; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público**  
998 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas;**  
999 **Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
1000 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
1001 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
1002 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, do Convênio nº001/2009 devendo este Tribunal expedir o  
1003 competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 45.960,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais),  
1004 ao Sr. Rosivaldo de Lima Costa, representante legal do Centro de Organização dos Moradores do Bairro do  
1005 Atalaia. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo.  
1006 **Processo nº 200912814-00; Centro Comunitário Boa Esperança; Prestação de Contas do Convênio nº**  
1007 **004/2009, firmado com a SEMEC; Responsável Maria Célia Corrêa dos Santos; Instrução 1ª Controladoria;**  
1008 **Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio**  
1009 **Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
1010 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A  
1011 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
1012 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de  
1013 Quitação, no valor de R\$28.140,00 (vinte e oito mil, cento e quarenta reais ), a Sra. Maria Célia Corrêa Santos,  
1014 representante legal do Centro Comunitário Boa Esperança. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
1015 Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. Às doze horas e quarenta e quatro minutos, a Conselheira  
1016 Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do  
1017 processo de nº 55: **Processo nº 1350022006-00; Câmara Municipal de Curuá; Prestação de Contas –**  
1018 **2006; Reabertura de Instrução; Responsável Benedito Duarte; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público**  
1019 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**  
1020 **32.542, de 13.12.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
1021 dos autos e manifestou-se pela anulação o Acórdão nº 21.132/2011, tornando-o, portanto, insubsistente com  
1022 a reabertura de instrução dos autos para nova citação do Ordenador e comprovação de saldo em 31.12.2016 A


1023 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
1024 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela anulação o Acórdão nº 21.132/2011, tornando-o,  
1025 portanto, insubsistente, com a reabertura de instrução dos autos para nova citação do Ordenador e  
1026 comprovação de saldo em 31.12.2016. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
1027 Conselheiro Antonio José. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Após,  
1028 houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 53: **Processo nº 201001887-00; PMB/**  
1029 **SEFIN**; 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 017/2009; Interessado Aurelino Sousa dos Santos Júnior; Ministério  
1030 Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Cumprindo dispositivo  
1031 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de  
1032 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
1033 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento do  
1034 Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta,  
1035 com o julgamento do processo de nº 58: **Processo nº 201013609-00; Prefeitura Municipal de Santa**  
1036 **Izabel do Pará**; Decretos que Nomeiam Luana Priscila Modesto França e Outros por Aprovação em Concurso  
1037 Público; Interessada Luana Priscila Modesto França e Outros; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha;  
1038 Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
1039 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
1040 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
1041 decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº**  
1042 **200919687-00; PMB/SEJEL**; Contratos Temporários n's 184 e 185/2009; Interessado Carlos Alberto Pereira  
1043 da Cunha; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Cumprindo  
1044 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
1045 negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.  
1046 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato.  
1047 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, o Conselheiro José Carlos  
1048 Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201106568-00; Instituto de Previdência do**  
1049 **Município de Altamira**; Pensão - Resolução Nº 007/2012, Dev. 10.02.2012; Interessada Angelina do Rosário  
1050 Menezes dos Anjos; Ministério Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo -  
1051 Voto Vista a Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu  
1052 seu **Voto Vista**: "pela negativa de registro da Resolução nº 007/2012 encaminhada pelo Instituto de Previdência Social  
1053 dos Servidores do Município de Altamira, que concede pensão à senhora Angelina do Rosário Menezes dos Anjos, em razão  
1054 do falecimento do seu esposo, o ex-servidor Rui Vicente dos Anjos, recomendando a edição de novo ato concessivo, com a  
1055 exclusão das parcelas "anuênio" e "gratificação de função", e inclusão da vantagem denominada "adicional de  
1056 periculosidade". **Em votação**: na Sessão do dia 04.04.13, o Conselheiro José Carlos Araújo votou "pela negativa  
1057 de registro da Resolução nº 007/2012, encaminhada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de  
1058 Altamira, que concede pensão à senhora Angelina do Rosário Menezes dos Anjos, em razão do falecimento do seu esposo,  
1059 o ex-servidor Rui Vicente dos Anjos, com a exclusão das parcelas "anuênio", "gratificação de função" e "adicional de  
1060 periculosidade", no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pela Conselheira Rosa Hage, pelo  
1061 Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Cezar Colares e pelo Conselheiro Antonio José. Na Sessão do  
1062 dia 17.12.2013, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José  
1063 retificaram seus votos acompanhando a Conselheira Mara Lúcia quanto a inclusão da vantagem denominada  
1064 "adicional de periculosidade". A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
1065 negativa de registro da Resolução nº 007/2012, encaminhada pelo Instituto de Previdência Social dos  
1066 Servidores do Município de Altamira, que concede pensão à senhora Angelina do Rosário Menezes dos Anjos,



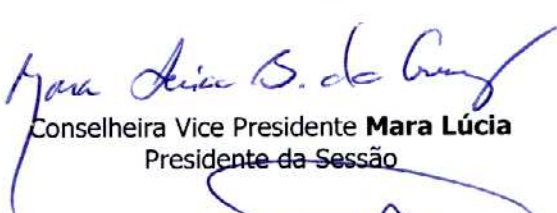
1067 em razão do falecimento do seu esposo, o ex-servidor Rui Vicente dos Anjos, com a edição de novo Ato  
1068 concessivo, com a exclusão das parcelas "anuênio" e "gratificação de função" e, **por maioria**, com a inclusão  
1069 da parcela denominada "adicional de periculosidade". Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo, o Conselheiro  
1070 Aloísio Chaves e Conselheira Rosa Hage que votaram na Sessão Plenária do dia 04.04.13 pela exclusão da  
1071 parcela referente ao "adicional de periculosidade". Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio  
1072 Chaves. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS**  
1073 **CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze  
1074 horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.  
1075 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezessete de dezembro de dois  
1076 mil e treze.

1077 Visto:

  
**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

  
Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**